Projeto de Lei nº 639/2022
Relatora: Brisa Bracchi

PARECER

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 639/2022, de autoria do Vereador Professor Robério Paulino, que "Autoriza ao Poder Executivo a instituir a vedação de impermeabilização do solo em áreas próximas a lagoas e lagos e Áreas de Preservação Ambiental, no âmbito do município de Natal/RN e dá outras providências". **VOTO PELA APROVAÇÃO COM EMENDA ENCARTADA.**

I - DO RELATÓRIO

Versam os autos sobre o Projeto de Lei nº 639/2022, de autoria do Vereador Professor Robério Paulino, que "Autoriza ao Poder Executivo a instituir a vedação de impermeabilização do solo em áreas próximas a lagoas e lagos e Áreas de Preservação Ambiental, no âmbito do município de Natal/RN e dá outras providências".

Através de Certidão acostada aos autos, o Setor Legislativo informou não ter identificado a existência de matéria similar.

Por força do art. 55 c/c art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal, chega a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise quanto à constitucionalidade e legalidade, e posterior emissão de parecer.

O projeto foi encaminhado por esta relatora à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Natal, que opinou pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição apresentada.

Eis o relatório necessário.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

O projeto apresentado objetiva autorizar o Executivo Municipal a vedar a pavimentação impermeável em áreas próximas de lagoas e Áreas de Preservação Permanente (APP), tais como os pavimentos de concreto com revestimento betuminoso usinado à quente (CBUQ - asfálticos). (art. 1º).

Nos termos do art. 62 do Regimento Interno desta Edilidade, cabe à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a análise quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara.

Sobre a competência desta Casa Legislativa para propor tal matéria, a Constituição Federal, em seu art. 30, afirma que os Municípios são competentes para legislar sobre assuntos de interesse local:

> Art. 30. Compete aos Municípios:
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nos termos do art. 39 da Lei Orgânica do Município do Natal, a iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição. Ressalte-se que o tema trazido na proposição analisada não se encontra no rol de iniciativa privativa do Poder Executivo dispostas nos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do art. 21[1], da LOM, sendo, portanto, possível a sua apresentação.

---

[1] Art. 21 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:
I - sistema tributário, arrecadação e aplicação de rendas;
II - Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, operações de crédito e dívida pública;
III - fixação e modificação do efeito da Guarda Municipal;
(...)
VI - concessão de isenção e anistia fiscal e remissão de dívida e de crédito tributário;
(...)
VIII - criação, transformação e extinção de cargo, de emprego e de função pública, inclusive a fixação de seu efetivo e dos vencimentos e das vantagens;
IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;
X - matéria financeira e orçamentária
(...)

Outrossim, o Projeto de Lei em comento é verdadeiramente uma Política Pública de salvaguarda do meio ambiente, impedindo que a Administração Pública promova atos que agridam o meio ambiente.

Ademais, a fim de qualificar o projeto de lei em comento e com o intuito de adequar-se ao disposto na Lei Complementar Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, apresentamos a seguinte emenda:

> "Altera a ementa do Projeto de Lei n.º 639/2022, que passará a vigorar com a seguinte redação:
>
> *"Institui a vedação de impermeabilização do solo em áreas próximas a lagoas e lagos e Áreas de Preservação Ambiental, no âmbito do município de Natal/RN e dá outras providências. "*

Destarte, percebe-se que a proposição apresentada reveste-se de legalidade e constitucionalidade, estando em consonância com a legislação vigente, além de atender ao requisito do interesse local.

III - DO VOTO

Diante do exposto, esta Relatora opina **PELA APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 639/2022, de autoria do Vereador Professor Robério Paulino, **com emenda encartada por esta Vereadora.**

É o parecer, salvo melhor juízo.

Natal, 02 de abril de 2024.

Brisa Bracchi
Vereadora PT